

POLÍTICA

A pena de morte foi derrotada sete vezes ontem, no plenário da Comissão de Sistematização, que não acatou, sob os mais diversos argumentos e redações diferentes, nenhum dos pedidos de destaque apresentados pelos constituintes.

O deputado Antônio Mariz argumentou que "prisão perpétua" se restringiria à punição do crime, enquanto "pena de caráter perpétuo" se estenderia a todos os aspectos, até mesmo — como ele exemplificou — no caso de cassação de mandato ou direitos políticos, "que não poderá ser perpétuo, mas com tempo limitado".

Agora essa pequena alteração, o parágrafo 21 do artigo 5º do Capítulo I do Título II do projeto de Constituição, que trata dos direitos individuais e coletivos, manteve a redação que o relator Bernardo Cabral havia apresentado no texto do substitutivo.

A emenda de autoria do líder do PDS, deputado Amaral Neto (RJ), que propunha a aplicação da pena de morte nos casos de lei militar em tempo de guerra externa, de assalto, roubo ou seqüestro e estupro seguidos de morte, foi rejeitada por 84 votos a cinco.

Também não foi aprovado pedido de destaque do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) que pretendia suprimir do parágrafo 21 do artigo 5º do substitutivo do relator Bernardo Cabral a proibição da adoção da pena de morte. Com isso, ele desejava remeter a questão aos Estados, que poderiam ou não adotar a penalidade nas suas Constituintes. A emenda foi rejeitada por 83 votos contra cinco.

Parte da sessão de ontem foi presidida pelo senador Jarbas Passarinho, que assumiu os trabalhos pela primeira vez depois de ter sido indicado para a vice-presidência da Mesa pelas lideranças partidárias, juntamente com o senador

Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de agilizar as votações.

Alegando estar a Comissão "jogando contra o tempo e diante da angústia de ter de apreciar oito mil destaques", Passarinho propôs que apenas os autores das emendas falassem a seu favor, e só um constituinte discursasse contra. Mas o deputado Lysnéas Maciel considerou a providência "profundamente desaconselhável", observando não ter a Constituinte compromisso com a pressa e sim com uma Constituição bem elaborada.

Discussão

O deputado Amaral Neto esclareceu que a pena capital proposta em sua emenda seria aplicada em poucos casos e que, antes da sua instituição, seria realizado plebiscito, 120 dias depois da promulgação da Constituição. Citou pesquisas realizadas no Paraná, onde 67% dos consultados teriam se manifestado a favor da pena de morte.



Amaral Neto: pela pena capital.

O deputado José Serra (PMDB-SP) falou contra a pena de morte, acentrando a existência de um falso dilema "entre a pena de morte e a insegurança", pressuposto que considerou equivocado. José Serra disse não ter havido aumento da criminalidade nos países onde a pena capital foi abolida, citando estatísticas para mostrar que 80% dos assassinatos cometidos na Inglaterra são de autoria de pessoas com perturbação mental, ou obstinadas pelo crime perfeito, que não teriam recuado diante da ameaça de pena de morte, para o

CONSTITUINTE SETE VEZES NÃO À PENA DE MORTE

Houve sete tentativas de passar a pena de morte, sob argumentos e redações diferentes. Todas foram rejeitadas.

deputado Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE), a pena capital equivaleria a desacreditar nas possibilidades e na capacidade de recuperação do homem.

O senador José Fogaça acrescentou que a adoção da pena de morte, quando ainda existe o risco de retrocessos autoritários, representaria a criação de um instrumento perigoso contra os democratas nos momentos de autoritarismo.

Como ficou

Ao fim dos trabalhos de ontem da Comissão de Sistematização, os

parágrafos 16 a 26 do artigo 5º do Título II do Capítulo I, que trata dos direitos individuais e coletivos, ficaram assim: Parágrafo 16 — São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos. A lei disporá sobre a punição dos responsáveis.

Parágrafo 17 — Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Parágrafo 18 — Será admitida ação privativa dos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

Parágrafo 18-A — A lei somente poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

Parágrafo 19 — Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens poderão ser estendidas e executadas contra os sucessores, até o limite do valor do patrimônio transferido e de seus frutos, nos termos da lei.

Parágrafo 20 — A lei assegurará a individualização da pena e dotará entre outras, as seguintes:

- I — Privação da liberdade.
II — Perda de bens.
III — Multa.
IV — Prestação social alternativa.

V — Suspensão ou interdição de direitos.

Parágrafo 21 — Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de trabalhos forçados ou de banimento.

Parágrafo 22 — Ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família ou pessoa indicada pelo preso. Este será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, assegurada a assistência da família e de advogado. A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária competente.

Parágrafo 23 — Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

Parágrafo 24 — Os presos têm direito ao respeito à sua integridade física e moral; às presídias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação. A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, sua gravidade, condições em que foi praticado, idade e antecedentes criminais do apenado.

Parágrafo 25 — O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, ou o sentenciado que ficar preso além do tempo indicado na sentença, cabendo ação civil e penal contra a autoridade responsável.

A última emenda aprovada ontem à noite estende a prisão civil por dívida também aos que recolhem tributos ou descontam contribuições de terceiros e forem inadimplentes. Pelo texto original do parágrafo 26 do artigo 5º, esse tipo de prisão atingia apenas o depositário infiel e o responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.

A Comissão de Sistematização dará prosseguimento às votações a partir das 14 horas de hoje, começando pelo parágrafo 27 do artigo 5º.

Entre os temas para a votação dos destaques estão o direito de o preso saber a identidade dos responsáveis por sua prisão ou interrogatório policial; o direito à crença religiosa ou à convicção filosófica ou política; a liberdade de expressão da atividade intelectual (envolvendo, portanto, a questão da censura); a concessão de asilo político; a garantia da propriedade privada e sua subordinação ao bem-estar da sociedade; e o direito de herança.

Mais prazos para a Comissão de Sistematização. Mesmo com as mudanças determinadas pela Mesa, o relator Bernardo Cabral prevê que a votação do projeto da nova Carta não será concluída no prazo de 15 dias — e acredita que deverá ser ampliada em mais dez dias. Cabral acha que o próprio Ulysés Guimarães deve transferir com essa nova competência de data. As deliberações da mais agitada panharam partir de uma reunião do deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) antes de submeter uma emenda à comissão ao plenário. A falta de apoio leva o autor a retrair sua emenda.

Um levante nacional. Promessa da UDR.

Ronaldo Caiado, da UDR, preocupa-se: o projeto de Constituição ameaça levar os empresários à falência.

O presidente da UDR Ronaldo Caiado (foto), prometeu ontem, em Salvador, promover um "levante nacional", caso o substitutivo do relator da Constituinte, Bernardo Cabral, seja aprovado na Comissão de Sistematização. Disse que a proposta do relator é "retrograda, confiscatória, antidemocrática e arbitraria" e, em vez de tranquilizar os setores produtivos, ameaça estagnar progressivamente toda a economia, levando à falência os empresários.

Caiado, que foi aplaudido com entusiasmo pelos empresários do setor de comércio que participam em Salvador do 28º Congresso Nacional de Lojistas, fez um apelo para que os industriais e comerciantes se juntem aos ruralistas para acabar com a "farsa" na constituinte: "Não podemos admitir que todo

o trabalho realizado seja destruído pela vontade de uma Comissão de Sistematização e de um relator. Não vamos aceitar golpe na Constituinte, que essa esquerdinha de butique que nunca trabalhou, imponha a sua vontade".

Caiado disse ainda que se os empresários não se mobilizarem, "vão jogar sobre a livre iniciativa a responsabilidade pelo caos social, pelo salário de 40 dólares". "É preciso desmistificar esses pseudo-progressistas. O inimigo do social são as estatais, a corrupção e todos esses marajás. Progressistas somos nós, não o senhor Bernardo

Cabral. Devemos nos sentir honrados de sermos proprietários; o que temos é fruto do nosso trabalho, não da corrupção".

Para Caiado, as maiores ameaças à livre iniciativa do projeto do relator são a imissão imediata de posse da reforma agrária "o que é o AI-5 da propriedade rural"; a jornada de 40 horas semanais ("uma coisa ridícula que deveria ser tratada em lei ordinária"); a garantia no emprego após 90 dias ("que destrói a livre iniciativa e gera o caos e que aos poucos irá estatizar a economia - já que os empresários vão quebrar").



Ronaldo Caiado.

Uma crítica do presidente da IBM à tendência estatizante

O presidente da IBM do Brasil, Rudolf Hohn, disse ontem, em Porto Alegre, que vê com "muita preocupação" a tendência estatizante e xenófoba do projeto da nova Constituição. Ele explicou que, como é preciso desenvolver o País e, para isso, há necessidade de capital nacional e estrangeiro, esta posição pode inibir o ingresso de investimento do Exterior. Embora considerando que é difícil analisar como será a nova Constituição — já que, por enquanto, o máximo que se tem é uma "fotografia", pois o processo ainda está numa fase dinâmica — ele criticou a falta de estímulo ao desenvolvimento econômico e aos investimentos e frisou que é preciso haver "menos restrições e mais iniciativa privada".

Rudolf Hohn também se manifestou preocupado com a inclusão da reserva de mercado na nova Constituição, porque "os investi-

mentos estrangeiros podem retirar-se com estas restrições". Para ele, a reserva de mercado é um assunto para ser tratado em lei ordinária: "Não gosto de reserva de mercado, ainda mais em Constituição". Ele acredita, entretanto, que a reserva "tende a ser abrangida" na medida em que se encontrem soluções que permitam conciliar os investimentos já feitos com as necessidades que o País tem de equipamentos de processamentos de dados. Para o presidente da IBM do Brasil, deve haver uma flexibilização nesta legislação, porque os investimentos da indústria nacional de informática não terão o retorno esperado, já que para que isto ocorra seria preciso aumentar a vida útil do produto — o que o torna obsoleto tecnologicamente — ou desenvolver um produto novo, mas cujo preço teria que ser alto para compensar o investimento.

ESTABILIDADE

Empresários e sindicalistas reunidos. E ainda sem acordo.

O impasse continuou no encontro que reuniu, ontem pela manhã em Brasília, representantes das lideranças empresariais e sindicais para tentar um acordo sobre a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho. "Tudo foi conversado mas nada acertado. Não houve acordo", disse o presidente da CUT, Jair Meneguelli.

Durante duas horas e meia Jair Meneguelli e os presidentes da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), senador Albano Franco, tentaram chegar, sem sucesso, a uma posição de consenso, que seria encaminhada à Comissão de Sistematização da Constituinte. "Houve impasse nos entendimentos por uma questão de princípios", resumiu o presidente da CNI.

Os empresários propuseram o acréscimo de dois itens no artigo que define os "direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais", parágrafo I, que prevê as exceções

para os casos de demissão. O problema verificou-se, principalmente, na segunda proposição que permite a demissão mediante "pagamento de indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço, na forma da lei". "Nós aceitamos atenuar a questão da estabilidade, mas não podemos aceitar a não demissão em determinados casos", justificou o senador Albano Franco.

Com relação à redução da jornada de trabalho, o empresariado acenou com a possibilidade de se chegar a 44 horas semanais, a serem adaptadas num período de dois anos. "Chegamos a um avanço mas não houve acordo por uma questão de princípios", ressaltou o presidente da CNI. Albano Franco argumentou que o simples fato de aceitar discutir esses temas mostra a boa vontade do empresariado nacional pois, segundo ele, essas questões não são matéria constitucional.

"Essa proposta sacramenta o fim de conquistas fundamentais", reagiu o presidente da CUT. "Nenhuma das propostas do CNI contempla os interesses dos trabalhadores", disparou Jair Meneguelli. Ele ressaltou que a única saída agora será um retorno das discussões a nível das bases empresariais e sindicais e a continuação do trabalho de lobby junto à Constituinte.

"Perdemos pontos ao não credibilizar o problema com soluções para esses dois pontos", disse o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, O Joaquinão. Em sua avaliação, o impasse nas discussões desses dois pontos inviabiliza a realização de negociações para debater outros temas. Mesmo afirmando estar disposto a retomar as negociações, Joaquinão reconheceu que a falta de um acordo poderá representar a ruptura do processo de discussões que vinha sendo mantido com a CNI.



Jair Meneguelli



Albano Franco



Joaquinão

Dois mil professores em Brasília. Pela aposentadoria aos 25 anos.

Cerca de 2 mil professores do primeiro e segundo graus de 26 municípios paulistas estão em Brasília para pressionar os constituintes visando restabelecer a aposentadoria aos 25 anos de trabalho e garantir repasse de verbas públicas exclusivamente para escolas públicas. Ontem de manhã um grupo de professores tentou em vão conversar com o relator da Comissão de Sistematização. Mas o deputado Bernardo Cabral, ao perceber que seria abordado, apressou o passo e se "escondeu" numa das salas da Comissão, segundo relatou Fátima Cristina de Oliveira, professora da Escola José Carlos Antunes, de Santo André. Os professores paulistas,aju-

dados por grupos do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Mato Grosso, estão dispostos a intensificar o lobby a favor da aposentadoria e da exclusividade de verbas, e garantiram que vão se revezar neste trabalho junto aos constituintes, até a votação da matéria. Para tanto, os professores afirmam que estão dispostos a continuar se submetendo a hospedagens precárias e à "repressão" por parte de funcionários do Congresso.

O professor Benno Klaus, da Escola Parque Itajaí, em Campinas, informou que cerca de 400 docentes estão "acampados" no Grande Circo Lar de Brasília e outros são obrigados a dormir nos ônibus em que viajaram para a capital por

falta de instalações adequadas. Klaus, que veio pela segunda vez ao Congresso ajudar no lobby, disse que muitos colegas seus e ele próprio têm sido "barrados" pelos seguranças da Casa. "Quanto mais aumenta a pressão mais aumenta a repressão", reclamou o professor. Também a boa vontade dos constituintes parece estar se esgotando, segundo contou Fátima Cristina de Oliveira. Ontem, quando foram solicitadas ajuda ao deputado Teodoro Mendes (PMDB-SP) para que suas reivindicações sejam atendidas, ouviram a seguinte ameaça: "Se vocês continuarem enchendo a paciência da gente, aí é que não vamos lutar pela aprovação do que vocês querem".